



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ.
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO.
CURSO DE BACHARELADO EM SECRETARIADO EXECUTIVO.

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO SOB AS
PERSPECTIVAS DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE SECRETARIADO
EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP**

Macapá-AP

2011

Leiliane Sousa Borges - 200712024
Maria Valdinete Costa Machado - 200712007

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO SOB AS
PERSPECTIVAS DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE SECRETARIADO
EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,
apresentado à Universidade Federal do Amapá,
como requisito obrigatório para a obtenção do
título de Bacharel em Secretariado Executivo, sob
a orientação do Prof. Luizel Simões de Brito.

Macapá-AP

2011

Leiliane Sousa Borges.
Maria Valdinete Costa Machado.

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO SOB AS
PERSPECTIVAS DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE SECRETARIADO
EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP**

AVALIADORES:

Prof. Luizel Simões de Brito.
Orientador

Prof. MSc. Alexandre Gomes Galindo.
1º Avaliador (a)

Prof. Esp. Inajara Amanda Fonseca Viana.
2º Avaliador (a)

Nota: _____

Data: _____

Aos nossos familiares, amigos e todos os acadêmicos e profissionais de
Secretariado Executivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por todas as graças que nos tem derramado durante a difícil tarefa de construir o nosso trabalho.

Aos nossos familiares, que nos apoiaram incondicionalmente, sendo os nossos maiores incentivadores. Pela compreensão e ajuda, onde em muitos momentos de falhas e ausência souberam entender e nunca deixaram de está ao nosso lado e acreditar que seria possível.

Ao nosso orientador: Luizel Simões de Brito, por sua ajuda e conselhos, que durante esse período, contribuiu de maneira essencial para a conclusão deste trabalho.

À Márcia Beatriz Barros Monteiro, pelo grande apoio que nos dedicou em todos esses momentos.

Também aos colegas de turma, pela amizade, apoio e preocupação conosco durante todos os momentos.

A todos, que contribuíram conosco para a realização deste grande sonho.

“A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque ainda que “abstratamente”, nas condições de poder fazê-lo”.

ANTÔNIO GRAMSCI

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo verificar como os discentes do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP avaliam seu curso e quais suas expectativas de atuação profissional. Nessa abordagem, através de pesquisa, além de referenciais bibliográficos relacionados ao tema, mostraremos a qualidade da formação profissional do curso bacharelado em Secretariado Executivo da UNIFAP e quais as perspectivas de Mercado para os seus acadêmicos. O trabalho utilizou-se de pesquisa quantitativa e qualitativa, feitas através de questionário. Foram selecionados, aleatoriamente, 40 estudantes dentre todas as turmas do curso de Secretariado Executivo da Unifap. Essa seleção usou como critério o ano de ingresso na universidade, sendo: 10 alunos de cada turma que, voluntariamente, se dispuserem a participar da pesquisa. Os questionários foram analisados e transformados em tabelas. Usaram-se os dados adquiridos de forma coerente, sem desrespeitar a integridade de nenhum entrevistado. A pesquisa buscou enfatizar a percepção que cada participante tem de sua formação profissional e motivação para aprimorar ou não o conhecimento adquirido.

PALAVRAS-CHAVES: Formação Profissional–Universidade–Mercado de Trabalho
– Secretariado Executivo.

ABSTRACT

This study aims to verify how the students of the course of the Executive Secretariat of the Federal University of Amapá - UNIFAP assess their progress and what their expectations of professional performance. In this approach, through research, and bibliographic references related to the topic, show the quality of vocational training course in BA's Executive Secretariat UNIFAP and what the prospects for market for their academics. The work we used qualitative and quantitative research, done through a questionnaire. Were selected randomly, 40 students from all classes in the Executive Secretariat of Unifap. This selection criterion only used it as the year of entry into university, as follows: 10 students in each class are who voluntarily willing to participate. The questionnaires were analyzed and the data were transformed into tables. He used the data acquired in a consistent manner, without breaching the integrity of any of the respondents. The survey sought to emphasize the perception that each participant has their training and motivation to enhance the knowledge gained or not.

WORDS-KEY: Vocational Training–University–Labour Market–The Executive Secretary.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Grade curricular do curso Secretariado Executivo da Unifap.	36
TABELA 2 - Distribuição e percentuais de pessoas que possuem atividades extracurriculares nas 04 turmas.	41
TABELA 3 - Distribuição e percentuais de atividades relacionadas a graduação em Secretariado Executivo.	41
TABELA 4 - Distribuição e percentuais da motivação dos acadêmicos no momento da escolha do Curso.	42
TABELA 5 – Distribuição e percentuais quanto à opinião do aluno sobre a formação que é ofertada pelo Curso.	43
TABELA 6 - Refere-se aos cursos extracurriculares que os acadêmicos fazem.	43
TABELA 7 - Distribuição e percentuais da avaliação que os acadêmicos fazem do Curso.	44
TABELA 8 - Distribuição e percentuais em relação se acadêmico se sente preparado para inserir-se no mercado.	45
TABELA 9 - Distribuição e percentuais em relação ao grau de dificuldade para a inserção no mercado atribuído após a diplomação em Secretariado Executivo.	46
TABELA 10 - Distribuição e percentuais quanto à intenção do exercício da profissão de Secretário (a) Executivo.	46
TABELA 11 - Distribuição e percentuais em relação como o acadêmico pretende atuar após formar-se.	47
TABELA 12 - Distribuição e percentuais sobre o que o entrevistado pretende quando graduar-se.	48
TABELA 13 - Distribuição e percentuais de como o entrevistado em relação à profissão de Secretário Executivo.	48
TABELA 14 - Distribuição e percentuais sobre a avaliação que o entrevistado faz em relação a comparação quanto às outras graduações.	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAP - Centro de Ensino Superior do Amapá.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IES - Instituição de Ensino Superior.

FENASSEC - Federação Nacional de Secretárias e Secretários.

LDBEN - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC - Ministério da Educação.

NEM - Núcleo de Educação do Amapá.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

UDF - Universidade do Distrito Federal.

UFPA - Universidade Federal do Pará.

UFBA - Universidade Federal da Bahia.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.

UFRS - Universidade Federal do Rio Grande Sul.

UNIFAP - Fundação Universidade Federal do Amapá.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

USP - Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	14
1.1 - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	14
1.2 - A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA	15
1.3 - UNIVERSIDADE NO BRASIL	17
1.4 - MOVIMENTO ESTUDANTIL PELA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR	20
CAPITULO II - MERCADO DE TRABALHO	22
2.1 - CAPITAL HUMANO	23
2.2 - LDB	27
2.3 - O ENSINO SUPERIOR E O PAPEL ESTRATÉGICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	28
2.4 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO AMAPÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS	30
2.5 - A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO (A)	30
2.6 - DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO	32
2.7 - O HISTÓRICO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL	34
2.8 - O HISTÓRICO DO CURSO DE SECRETARIADO NO AMAPÁ	35
CAPILTULO III - UNIVERSO DA PESQUISA	40
3.1 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	40
3.2 - INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	40
3.3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE	56
ANEXO	60

INTRODUÇÃO

A educação sempre foi fator de dominação através da História, onde apenas os detentores dos meios de produção tinham acesso à escola. Com o advento do capitalismo, a educação também se torna um meio para atender as demandas do mercado de trabalho. Dessa forma mais pessoas buscam a qualificação profissional por intermédio dos cursos superiores. Diante de tais perspectivas, de formar pessoas para atender esses mercados, surge um novo conceito de formação profissional.

Nesse contexto, em que a qualificação é considerada o principal meio para alcançar o mundo do trabalho, ter uma formação generalista amplia as possibilidades de empregabilidade, a experiência prática durante o curso contribui na construção de um perfil multiprofissional. Assim, conhecedor de suas habilidades, o estudante se torna maduro para enfrentar o mercado de trabalho e os desafios aos quais as organizações atuais os impõem. A dúvida é como isso está a se concretizar na formação universitária?

O Curso de Secretariado Executivo se propõe graduar bacharéis com sólida formação geral e humanística com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades das administrações públicas e privadas, aptas para o domínio do conhecimento em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão.

Desta forma, as características que alcançam o estudante durante seu período de formação é a grande questão desse trabalho, analisando assim, a visão que o graduando tem nessa contextualização que envolve toda a sua estada na graduação, ou seja, se é exigido dele uma busca de conhecimento que atenda esse perfil. Logo, o que se busca saber são as percepções do acadêmico diante de tais desafios, onde ele é o principal interessado, tendo preocupação, perspectiva, aspirações e pretensões em relação ao seu futuro profissional.

A expansão do ensino superior no Brasil vem crescendo ao longo dos anos, e ocorre devido a grande exigência do mercado profissional, mas o que se pretende

discutir é: que ensino superior as instituições, especialmente a Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, estão a ofertar aos seus acadêmicos?

Para termos uma dimensão disto, este trabalho tratará deste tema: formação e perfil profissional sob as perspectivas dos acadêmicos de secretariado executivo da UNIFAP, para que se possa, assim, buscar melhorias para a graduação.

Logo, se nota grande necessidade em fazer um estudo para se conhecer mais da visão do acadêmico de Secretariado Executivo acerca da percepção de si mesmo, da sua formação e do mercado de trabalho.

Com a intenção de contribuir para a discussão acerca da educação superior e da qualificação profissional, a elaboração desta pesquisa foi constituída levando em consideração a opinião dos principais interessados, os acadêmicos.

Ao pesquisar sobre este tema foram consideráveis as dificuldades na construção de um trabalho, em que se discute educação como um fator econômico, onde é na universidade que se formam os principais profissionais que a sociedade requer, além do seu papel como construtora de conhecimento através de pesquisas e também com a sua missão em formar pessoas com visão crítica e capacidade para resolver os principais problemas sociais.

Este trabalho se constitui de três capítulos assim distribuídos: o primeiro relata o contexto histórico da Universidade, tendo como finalidade avaliar a relação que esta instituição desempenhou ao longo dos tempos sofrendo mudanças de acordo com as modificações que a sociedade sofria, transformando-se em detentora e construtora do conhecimento.

O segundo discorre sobre o trabalho, sua definição e o sua importância social e econômica e também sobre a teoria do capital humano, LDB, aspectos históricos da educação no Amapá, a profissão de secretário (a), as diretrizes curriculares do curso e o histórico do curso no Brasil e no Amapá.

O terceiro aborda o universo da pesquisa – instrumentos de coleta de dados, resultados e discussão.

CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Conforme diz Saviani (1994), é na Antiguidade que ocorre a propriedade privada tanto grega quanto romana. Temos então, a classe de proprietários e a classe dos não proprietários, daí surge a possibilidade de uma parte dos homens viverem sem trabalhar, sobrevivendo do trabalho alheio. A educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir da sociedade de classe, surge à educação diferencial, aí está localizada a origem da escola. A classe dominante, classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria, era o próprio labor. O povo se educava no próprio processo de trabalho (SAVIANI, 1994). Percebe-se que o trabalho e a educação estão totalmente dissociados um do outro, ou seja, o trabalho destinado a escravos e a escola aos nobres, nesse sentido:

Para as classes governamentais uma escola, isto é, um processo de educação separada, visando preparar para as tarefas do poder, que são o “pensar” ou o “falar” (isto é, a política) e o “fazer” a esta inerente (isto é, as armas); para os produtores governados nenhuma escola inicialmente, mas só um treinamento no trabalho, cujas modalidades, que foram mostradas por Platão, são destinadas a permanecer imutáveis durante os milênios: observar e imitar as atividades dos adultos no trabalho, vivendo com eles (MONACORDA, 1989).

A educação também serviu como um aparelho de dominação e perpetuação do poder entre as classes, tão precioso como terras, bens, ouro e meios de produção, o conhecimento é sem dúvida artigo de luxo, para aqueles que a possui como *status quo*. Trabalhar era indigno, o trabalho era para os ignorantes, os nobres, vivendo da força do trabalho dos seus escravos, tinham tempo de sobra para se dedicar às outras atividades, a educação era a principal delas. Não se pensava nesse momento em estudar para desempenhar funções de trabalho, já que não se podia acreditar que um homem que estuda pudesse trabalhar, conforme citação abaixo:

[...] O rendimento da força humana era tão exíguo que um homem não podia estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Portanto, aos filósofos caberia a direção a sociedade, aos guerreiros, protegê-la e aos escravos, manter as duas classes anteriores. A separação entre força física e mental impunha ao

mundo antigo estas enormidades: para trabalhar, era necessário gemer nas misérias da escravidão e, para estudar, era preciso refugiar-se no egoísmo da solidão (PONCE, ANÍBAL, 2007, p.60).

Dessa forma a educação era privilégio de ricos, havendo grande diferenciação entre o trabalho e o estudo. A sociedade dessa época considerava atividades bastante distintas e incapacitava o trabalhador de estudar e o estudante de trabalhar, assim essa teoria beneficiava bastante as classes dominantes.

1.2 - A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA

A História da Universidade no Ocidente, na Civilização Clássica, principalmente Grécia e Roma, que dispunham de escola onde discípulos se reuniam em torno de um mestre, para tornarem-se especialistas de classificação refinada em Medicina, Direito, Filosofia e Retórica. Os discípulos aprendiam com os mestres. O conhecimento era repassado e construído. A escola, nesse período, resumia-se em uma comunidade de discípulos em torno de um mestre (LUCKESI, 2000, p.30). Em Roma, nesse momento, nota-se que o aprendizado era apenas uma forma de crescimento intelectual sem fins de formação profissional como relata o autor:

Em Roma, aquilo que teorizaram Platão e Aristóteles na Grécia. Um cidadão livre pode se dedicar às atividades artísticas e literárias, não como ao exercício de uma profissão, mas somente como uma atividade cultural desinteressada e ocasional: não pela arte, mas pela cultura (MONACORDA, 1989, p.84).

Já na Idade Média, a economia fundada no trabalho escravo desmoronou a sociedade. Sofreu transformações, impuseram o domínio religioso, a educação dessa época era voltada para a religião cristã em que o conhecimento girava em torno de Deus. Na Idade Média, a palavra universidade (*universitas*) era empregada para designar qualquer assembléia corporativa ou sapateiros. No início, as Universidades não passaram de reuniões livres de homens que se propuseram ao cultivo das ciências.

Durante a Idade Média, todos os que tinham interesses culturais e que não eram filhos dos servos só poderiam satisfazer a sua curiosidade intelectual entrando para um convento, isto é, isolando-se do resto do mundo. Quando se diz que os

monastérios eram as únicas universidades da época, devemos entender essa afirmação no sentido de universidade aristocrática (PONCE, 2007, p.92). Nesse momento, ainda não se tinha a intenção de se construir um conhecimento que divergisse dos valores da igreja e dos seus domínios, nem de formar profissionais independentes de funções eclesiásticas.

Os movimentos da Renascença da Reforma e Contra-Reforma (Século XVI), foram marcos iniciais de declínio da Idade Média e início da Idade Moderna. É marcante nesse momento uma crescente rebelião burguesa contra a ordem medieval cujo resultado, é, de um lado, o rápido desenvolvimento de uma mentalidade individualista e de outro, o desenvolvimento de ciência moderna.

O conceito da universidade se torna, então, inconsistente com a realidade. A universidade existente não acompanha o espírito difundido pela Renascença e pela Reforma. Nessa fase, a universidade se caracteriza pelas repetições dogmáticas, ditadas, como verdades incontestáveis (LUCKESI *et al*, 2000,p.30). Desta forma, com o surgimento de uma nova classe que desafia o clero, a nobreza e a dominação vigente naquele período, passa-se a exigência de direitos. O principal deles é a educação, mas não aquela que a Igreja impunha, mas sim uma educação que correspondesse a realidade e os interesses da Burguesia, como descrito na citação abaixo:

Sob a influência da nova burguesia, que exigia a sua parte na instrução, a escola catedralícia foi, no século XI, o germe da Universidade. No domínio intelectual, a fundação das Universidades equivaleu à outorga de uma nova carta de franquia a burguesia (PONCE, 2007, p.99).

Nesse contexto, com a criação da Universidade, a burguesia teria privilégios que tinham a nobreza e o clero. No século XVIII, surge o movimento iluminista que questiona o tipo de saber ofertado pela Igreja, porém, o século XIX, com o surgimento da indústria, a universidade medieval chega ao fim. Surge então, na França, a Universidade Napoleônica, caracterizada pela perda da alta cultura e o por seu caráter profissional, na linha positivista, pragmática e utilitarista do Iluminismo. Ao lado da universidade napoleônica, surge as transformações impostas pela industrialização tal como afirma autor:

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais. Pela maquinaria, que não é outra coisa senão trabalho intelectual materializado deu-se visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material. Esse processo aprofundou-se e generaliza-se com a Revolução Industrial levada a efeito no final do século XVIII e primeira metade do século XIX. (SAVIANI, 2007).

Contudo, a educação ao longo da História, é destinada as classes dominantes como constatado na afirmativa de Gramsci em que ele narra que o principal papel da escola é difundir os valores da classe dominante, nesse aspecto:

É na sociedade civil (lugar de circulação de ideologias e de exercício da função hegemônica) que se trava, em certas constelações, a luta decisiva entre as classes dirigentes e as subalternas, e não na instância econômica estatal. Isto significa atribuir á escola, instituição estratégica da sociedade civil, um papel dominante na difusão da ideologia e na constituição de um senso comum unificador, indispensável para assegurar a coesão do bloco histórico, e também a difusão de contra-ideologias destinadas a solapar esta mesma coesão (GRAMSCI *apud* FREITAG, 2005).

Portanto, nota-se que as Instituições de Ensino sempre foram elitizadas, apesar de esforços para que outras classes tivessem acesso ao ensino de qualidade, ainda hoje, é restrito para a grande maioria, servindo como mecanismo de dominação, onde as ideologias são reforçadas e repassadas para a sociedade. Apesar dessa concepção, grupos organizados de vários segmentos da sociedade civil, sempre procuraram transformar as instituições de ensino em um espaço onde educação é gratuita e laica, de qualidade e acessível a todos.

1.3 - UNIVERSIDADE NO BRASIL

Segundo Luckesi *et al* (2000, p.33), até 1880 (chegada da família real ao Brasil), os luso-brasileiros faziam seus estudos superiores na Europa, principalmente em Coimbra/Portugal, a maioria religiosa. Portugal não permitia, apesar dos esforços dos Jesuítas, a criação de uma universidade no Brasil. Com a vinda de D.João VI para a Colônia, é instituído aqui a chamada Educação Universitária. Nasceram as aulas régias, os curós, as academias, em resposta as necessidades militares da Colônia, conseqüência da instalação da Corte no Rio de Janeiro, tanto a Igreja,

quanto a coroa, se utilizava da educação para o domínio da colônia, conforme autora:

No período colonial a educação tinha mera função de reprodução da ideologia política e religiosa, assegurando com isso o domínio dos portugueses sobre indígenas e negros escravos (FREITAG, 2005).

Vê-se então, pela autora, mais uma vez reforçados os princípios da nascença da Educação Superior, desta vez especialmente no Brasil, como ocorrente pelo mundo, que objetivava atender aos interesses da classe dominante. Assim, cursos acadêmicos surgiram em nosso país, sustentados nessa prática. Como referi o autor:

A Partir de 1808, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundários, profissionais de nível médio (CUNHA, *apud*, FÁVERO, 2006).

A Faculdade de Medicina da Bahia (1808) é resultante da evolução de cursos, durante a época colonial, de anatomia, cirurgia e medicina. As Faculdades de Direito de São Paulo e Recife (1854) resultam dos cursos jurídicos. Em 1874, separam-se os cursos civis dos militares. Por volta de 1900, estava consolidado, no Brasil, o ensino superior em forma de Faculdade ou Escola Superior (LUCKESI *et al* 2000, p.34).

A primeira universidade brasileira foi criada no Rio de Janeiro, em 1920, pelo então presidente da República Epitácio Pessoa, através do Decreto N° 14.343. Nesse mesmo período, também foi criado o Ministério da Educação e Saúde e o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei n° 19.851/31). A Universidade do Rio de Janeiro é a primeira Instituição Universitária criada oficialmente pelo Governo Federal. Entretanto, ainda não se construía a verdadeira visão de Universidade, mas a sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate sobre questões recorrentes como: concepção da universidade; funções que deverão caber as universidades brasileiras, autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil (FÁVERO, 2006).

No Brasil, o conceito de Universidade ainda estava longe de ser o desejado por todos que lutaram por uma Instituição de pesquisa e construção do conhecimento. Nessa época, o papel da Universidade era tão somente formar a elite e capacitar para o trabalho.

A partir da década de 30, ampliam-se tendências centralizadas e autoritárias, assegurando um clima propício à implantação do Estado Novo. Nesse mesmo período, foi intuída a Universidade do Distrito Federal (UDF) e também a Universidade de São Paulo (USP), graças ao esforço de Anísio Teixeira, que surge totalmente diferente das universidades já existentes no País (FÁVERO, 2006).

A universidade poderia ser pública (federal, estadual ou municipal) ou livre (particular). Para tanto, deveria incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras, que seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo a autonomia jurídica.

A “Lei da equivalência”¹ equiparou os cursos médios técnicos aos acadêmicos, possibilitando aos alunos, os mesmos direitos de prestarem vestibular para qualquer curso universitário, um privilégio, que antes era exclusivo dos portadores de diplomas dos cursos médios acadêmicos.

Na década de 50, acelera-se o desenvolvimento no país, principalmente pela industrialização. Diante desses fatores, ocorrem mudanças no contexto sociocultural e econômico. Surge então, a consciência em vários setores da sociedade sobre a situação precária em que se encontrava o ensino superior no Brasil.

Nos anos 70, com os ideais do liberalismo, a educação passa ser vista como lugar para se formar indivíduos livres, ou seja, libertos da opressão da sociedade, dessa forma:

O principal ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilegiado de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do “homem total”, liberado e pleno (CUNHA, 1991, p.34).

Assim como afirma o autor, apesar do ideal da educação em que a escola deve ser acessível a todos, a situação das instituições de ensino, não teve grandes melhorias, pois as pessoas de classes mais baixas continuavam a ser excluídas desse processo.

¹ Lei 1.076, de março de 1950, foi uma das primeiras Leis de Equivalência, criada durante o governo Vargas para sanar a deficiências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação quanto aos dos cursos profissionais e aos secundários, para efeito de progressão ao sistema escolar, recebeu essa nomenclatura pois ela produzia a equivalência assegurado o direito a matrícula aos cursos clássicos e científicos aos ingressos dos cursos industrial, comercial e agrícolas do primeiro ciclo.

Este fato fica mais em evidência com a reforma do ensino médio e superior, respectivamente, na década de 60 e 70, o que deu mais acessibilidade para a entrada nas universidades, mas acabou por desvalorizar a graduação. A institucionalização da pós-graduação desempenha então, a função de restabelecer o valor econômico e simbólico do diploma, agora, em parte, mais seleta em termos intelectuais e de renda dos graduados (CUNHA, 1991, p.285).

1.4 - MOVIMENTO ESTUDANTIL PELA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

O movimento pela modernização do ensino superior teve participação expressiva do movimento estudantil, que no final da década de 60 ameaçava a ordem política, os estudantes pressionavam pelo acesso ao ensino superior, e exigiam uma educação de qualidade. Os estudantes diagnosticavam o fracasso da universidade ao desenvolver a sua missão, cultural, social e profissional.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realizaram o primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária em Salvador, de 20 a 27 de Maio de 1961. Neste congresso, foi elaborado um documento que incluía a luta pela reforma e a democratização do ensino, a abertura da Universidade ao povo mediante a criação de cursos acessíveis a todos.

Nas propostas relativas aos problemas pedagógicos e acadêmico-administrativas, os estudantes marcaram sua presença com reivindicações de autonomia universitária, regime integral para o trabalho docente, a abolição da cátedra vitalícia, melhoria da formação dos professores, participação do corpo docente e grupos de ex-alunos e profissionais, através de um critério de proporcionalidade. Na administrativa, não a reeleição por mais de um período dos reitores das universidades e dos diretores de faculdades, ampliação do número de vagas nas escolas públicas, um exame nacional prévio ao vestibular, elaboração de currículos e programas em consonância com o desenvolvimento do país ajustado as peculiaridades regionais, descentralizando a elaboração dos currículos e/ou programas.

Para a UNE, a universidade deve ser crítica, anti-dogmática e imune às discriminações de ordem política, econômica, ideológica, política e social. Assim:

O alcance social e a dimensão política envolvidos no movimento estudantil provavelmente foram fortalecidos pelos movimentos europeus e latino-americanos que antes de 60 se haviam empenhado na reformulação estrutural e funcional das universidades, e principalmente pelo contexto político e social da época. [...] A universidade constituiu-se ideologicamente no foco de resistência às estruturas de dominação autoritárias e excludentes. Os efeitos da vinculação permanente entre movimentos renovadores da vida universitária com engajamento político nem sempre contaram a favor do aprimoramento da vida acadêmica. A universidade da época não se encontrava em condições de assumir o papel de preparar tecnicamente a força de trabalho para uma sociedade urbano-industrial. Os privilégios incrustados que cerceavam a seleção de novos estudantes, a rigidez da estrutura organizacional, a deficiência de recursos e a forma de produção de conhecimento que se propunha, mereciam a crítica crescente dos educadores e eram alvo de continuada pressão das novas gerações.(BOMENY,1994).

Diante de tais fatores que modificavam a sociedade da época, os jovens em diversos países do mundo se mobilizaram para quebrar conceitos, paradigmas e mudar todos os setores sociais. Os estudantes brasileiros não ficaram de fora e contribuíram de maneira significativa para a educação no país, através de movimentos organizados e articulados.

CAPÍTULO II - O MERCADO DE TRABALHO

Desde os tempos mais remotos, nas histórias das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para organização e funcionamento da sociedade. De acordo com o dicionário Aurélio (2010), a palavra trabalho tem a seguinte definição:

Trabalho é a aplicação das forças humanas para alcançar um determinado fim, atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento.

As relações sociais são oriundas das relações de trabalho, que também são utilizadas para o domínio de uma classe em relação as outras. O trabalho, por um longo período da História, pôde ser atribuído tão somente a escravos e servos, totalmente desprezados por intelectuais e classes dominantes. Atualmente, ele é visto de forma diferente, como fator de ascensão social e de *status quo*. Possuir uma atividade é o grande objetivo de grande parte da população. Até aqueles que não precisam trabalhar para sobreviver, vêem o trabalho como a principal fonte de desenvolvimento social e econômico, conforme autor:

Na antiguidade clássica, o trabalho era exercido somente por escravos, na Idade Média, por servos, nesse período da História eram separadas de outras atividades como educação, arte e política, em que somente senhores poderiam exercer, o trabalho era visto de forma desprezada, destinado as classes inferiores. (DE MASI, 1999).

Saviani (2007) constata que quando o homem age sobre a natureza, adaptando-a as suas necessidades, essa ação caracteriza o trabalho. É o que define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Logo, faz com que a sua vida seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

A partir da Idade Moderna, já no Século XV, ocorreram significativas transformações sociais, culturais, científicas e econômicas, o que trouxe um novo conceito de trabalho e mudaram as relações de trabalho no capitalista nascente. A Reforma religiosa e o Renascimento cultural promoveram o desenvolvimento das artes e da ciência e contribuiu com a idéia do trabalho como libertação.

Outros importantes marcos para o desenvolvimento das relações de trabalho foram: as Grandes Navegações e o Mercantilismo. Eles desenvolveram o comércio e permitiram a ascensão da burguesia enquanto classe social. Depois, veio o iluminismo, que trouxe consigo avanços tecnológicos e científicos e a futura sociedade industrial. Todos esses fatos históricos mudaram o sentido do trabalho que passou a ser valorizado e através dele, pode-se ascender socialmente.

2.1 - CAPITAL HUMANO

Para Manfrendi (1998), no princípio da década de 60, a teoria do capital humano foi desenvolvida e divulgada positivamente. Em seguida (década de 70), sob a influência da tendência crítico-reprodutivista, surge a tentativa de empreender a crítica da economia da educação. Buscou-se, então, evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico significava torná-la a serviço dos interesses da classe dominante, uma vez que, qualificando a força de trabalho, o processo produtivo concorreria para o incremento da produção da mais-valia, reforçando, em consequência, as relações de exploração.

A teoria do Capital humano é sem dúvida uma maneira de fazer com que o trabalhador se qualifique para as empresas, isto também, gera a competitividade entre profissionais. Aquele que tem um currículo mais extenso e estudou nas melhores instituições, ocupará o cargo.

Segundo Manfrendi (1998), a concepção de qualificação nasceu associada à concepção de desenvolvimento sócio-econômico dos anos 50 e 60. Os principais expoentes foram os economistas americanos Theodore Schultz (1974) e Frederick Harbison (1974). Eles defendiam a importância da instrução e do progresso do conhecimento como ingredientes fundamentais para o chamado capital humano, de recursos humanos. Assim:

O componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumentam futuras rendas e desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção (SCHULTZ, T. *apud* FRIGOTTO, 1962).

Para os teóricos do capital humano, investir em qualificação profissional seria o mesmo que investir em qualquer outro sistema de produção, como aquisição de máquinas, tecnologias; logo, a capacidade humana de criar e produzir melhores resultados do que somente equipamentos físicos, conforme citação abaixo:

A expressão “formação de capital humano”, empregada por Harbison, significa o processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político de um país (HARBISON, *apud* MANFRENDI, 1974, p.153).

Contudo, investir em pessoas para que estas apliquem o máximo do seu potencial seria a forma de possibilitar o desenvolvimento econômico e social do país. Desta forma, quando as habilidades forem exercidas e aprimoradas, o indivíduo estaria pronto para contribuir com a sociedade, isso se daria principalmente através da educação.

Com as mudanças que ocorrem principalmente nas organizações, em que o domínio de novas tecnologias torna-se fator de sobrevivência no mercado de trabalho, os estudantes se acham cada vez mais obrigados a uma constante qualificação, em que têm que estar adaptados, às mudanças de mercado, às crises e quaisquer imprevisibilidades em que estão sujeitas as organizações atuais.

Hoje, é preciso ser um profissional globalizado, ou seja, que possa atender além do mercado interno, o externo. O mercado de trabalho exige dos profissionais, preparação, ou seja, que para concorrer a uma vaga ou um cargo é necessário uma qualificação cada vez maior, pois somente o diploma superior torna-se insuficiente. Antes, se acreditava que ter diploma de nível superior facilitaria a entrada no mundo do trabalho, mas com o crescente número de pessoas que conseguem concluir um curso universitário, resulta-se numa grande oferta de mão-de-obra qualificada, ou seja, as empresas podem escolher o mais qualificado, o que acaba acarretando em um exército de diplomados desempregados que não param de se qualificar para novamente tentar entrar no mercado.

Com as novas tecnologias invadindo todos os campos do conhecimento, ter domínio sobre elas tornou-se fator de sobrevivência ou mesmo de inserção no mercado de trabalho, onde novos mecanismos de automação do trabalho são disponibilizados nas empresas. Aqueles que não os dominam, são automaticamente

excluídos do mercado. Saber lidar com as novidades para exercer melhor o trabalho e produzir, com menos tempo, e recursos é o grande objetivo das empresas e os profissionais que não foram capazes de atender esse objetivo, tornam-se obsoletos e desnecessários para as organizações. Como as empresas têm grande contingente de profissionais para escolher, torna-se vantajosa essa grande quantidade de trabalhadores que se qualificam de acordo com as necessidades de produção da empresa.

Hoje, as Instituições de Ensino na intenção de qualificar os trabalhadores que as empresas exigem, tentam se modificar e se adaptar às novas realidades que vão muito além das suas potencialidades e dos seus interesses. O que muitas vezes tem efeito catastrófico, quando as Instituições de Ensino Superiores (IES) não conseguem acompanhar a rapidez com que novos mecanismos são inseridos nos meios de produção, formando assim, profissionais medianos ou de baixa qualificação, que na prática não tem a qualificação que as empresas querem, não correspondendo às perspectivas da realidade dos processos internos das organizações.

Diante disso, muitas vezes as Universidades e Faculdades fogem daquilo que poderia oferecer de melhor aos seus estudantes, que é um pensamento crítico e a construção de novas idéias, limitando-se apenas em instruir trabalhadores para atender ao mercado. Entretanto, em muitas das situações, tal objetivo não se conclui, gerando frustração no estudante formado e sem perspectivas de um futuro promissor, conforme autor:

[...] No contexto de revalorização do papel econômico da educação e da proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos inclusive a configuração de verdadeira sociedade do conhecimento na Terceira Revolução Industrial e de uma crescente ênfase oficial nos aportes supostamente fundamentais que as instituições escolares deviam realizar para a competitividade das economias na era da globalização” (GENTILLI, 2005, p.49).

Sendo assim, a valorização do conhecimento como meio de produção, fez com que as instituições de ensino se vissem no dilema de formar profissionais para desenvolver, excelentemente, funções nas organizações. No entanto, a Universidade tem papel ambíguo, pois, além de formar profissionais, têm que formar pesquisadores, acadêmicos que produzam conhecimentos que realmente

modifiquem a sociedade com idéias inovadoras. Mas, como tem duplo papel, acaba por não desenvolver nenhum deles de maneira satisfatória, apenas formando profissionais medianos e meros repetidores de velhas teorias, saindo da academia sem domínio pleno da profissão que escolheu e sem um verdadeiro conhecimento, encontrando desta forma, grande dificuldade no exercício profissional e de contínua formação.

Segundo Gentili (2005, p.50), a promessa integradora da escolaridade estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança (aparentemente incontestável) e possibilidade de atingir o pleno emprego. A escola se constituía, assim, num espaço institucional que contribua para a integração econômica da sociedade formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual.

Ter conhecimento amplo tanto do que acontece no seu local de trabalho, bem como está atento as mudanças sociais e econômicas, logo estando interado dos acontecimentos. O profissional precisa ser altamente competitivo, pró-ativo, ético e sociável. Além disso, precisa saber se portar diante de quaisquer adversidades, o que acaba por se tornar algo que vai além de suas competências e habilidades, em que exercer tais funções vão muito além de sua competência profissional.

O profissional tem que desenvolver capacidades, constantemente, mesmo sob forte pressão, além de buscar, cada vez mais qualificação para permanecer em seu local de trabalho e construir uma carreira ou então será excluído, pois, a troca é fácil e há grande disponibilidade de candidatos. Este sabedor desta realidade acaba por aceitar as diversas tarefas, com cargas horárias longas por permanecer competitivo e necessário para a empresa.

2.2 - A LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1961) reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Um processo de modernização sistêmica, só tem lugar no início dos anos 90, quando, então, os empresários e o governo brasileiro voltam sua atenção para a educação, em todos seus níveis.

A evolução da universidade passou por quatro momentos: até 1950, a universidade era inexistente ou incipiente; na década seguinte, cresceu em todos os sentidos: número de instituições, de alunos, de professores; durante os anos 70, a universidade assumiu o papel de instituição de pesquisa, principalmente as IES públicas, professores passaram a ter carreira acadêmica, pós-graduação, salários bem melhores que no período anterior, foram construídos prédios, surgiram laboratórios e bibliotecas; a partir de 1980, iniciou-se o processo de degradação: cursos reduzidos, energia dos professores canalizada para obter recursos e evitar a desvalorização dos salários, através de greves, que nem sempre levaram ao resultado desejado, Neste sentido, vale destacar que:

A Universidade brasileira, além de preparar profissionais para as carreiras liberais e técnicas que exigem uma formação de nível superior, o que tem havido é uma preocupação muito fluída com a iniciação do estudante na vida intelectual. Daí poder-se afirmar que, ressaltando o aspecto habilitação profissional, a universidade brasileira não logrou constituir-se verdadeiramente como uma instituição de pesquisa e transmissora de uma cultura comum nacional, nem logrou se tornar um centro da consciência crítica e de pensamento criador (TEIXEIRA, *apud* LUCKESI *et al*, 2000).

A universidade, portanto, deve estar comprometida com a qualidade de formação intelectual de seus alunos, com a produção científica, artística, filosófica e tecnológica e com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais técnica e politicamente competente, desenvolvendo soluções para problemas locais, regionais e nacionais.

Na busca de corrigir e adequar a universidade a essa nova realidade, publicou-se a Lei nº 9394/96, que no capítulo IV, trata da Educação Superior e traz por finalidade, estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico

e do pensamento reflexivo; ainda no Artigo 43, parágrafo II, trata da finalidade do ensino superior, como: a de formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; no inciso III, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, usando o desenvolvimento da ciência, tecnologia, criação e difusão da cultura. Desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

2.3 - O ENSINO SUPERIOR E O PAPEL ESTRATÉGICO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Universidade tem papel estratégico na formação de mão-de-obra qualificada que atendam às necessidades do capital, além de manter as relações sociais, ela também se adapta de acordo com as necessidades econômicas, sendo necessária para a manutenção do capitalismo, como aponta autor:

Em relação ao ensino superior, o que se pretende também é a mudança dos números sem mudança nas coisas numeradas. As medidas políticas do Estado neste nível de ensino apontam na direção de uma estratégia calcada em mecanismos de seletividade mais ostensiva, ou mediante formas de uma aparente democratização que a esconde a seletividade ou a qualificação do ensino no interior da Universidade. A preocupação do Estado [...] que no capitalismo monopolista passa a ter papel crescente de gestor das crises do capital no seu conjunto; é que a Universidade, além de cumprir seu papel de formadora de quadros dirigentes tecnocratas, gerentes, etc., e seu papel ideológico, cumpre a função de uma espécie de válvula que abre e fecha de acordo com os diferentes ciclos da conjuntura econômica (FRIGOTTO, 2001, p.175).

Assim, ao ensino superior cabe a tarefa de formar especialistas em todas as áreas, pessoas capazes de liderar e estar à frente de altos cargos, tanto em empresas privadas, quanto em órgãos e instituições públicas. Desta forma, a grande necessidade da Universidade está de acordo com os interesses do capital e do Estado, capacitando pessoas para essa finalidade, de acordo com citação abaixo:

Sob o primeiro aspecto convém notar inicialmente que na atual fase do capitalismo a propriedade deixou de ser o principal meio de ascensão social. Hoje as principais posições do poder, nas empresas monopolistas,

no aparelho do Estado e nas grandes instituições não-lucrativas (Universidade, hospitais, museus, centros de pesquisa, etc.) não são ocupadas por “proprietários”, mas por “tecnocratas”, pessoas que exibem credencial mais importante para exercer poder e conhecimento. Estamos vivendo numa pretensa meritocracia, ou seja, num sistema em que a repartição das pessoas nas escalas hierárquicas do poder pretende se fundamentar exclusivamente na competência alicerçada no conhecimento superior. ” manda mais quem sabe mais “. Ora, se esta é; senão a realidade, a alusão dominante a respeito do que deveria ser a realidade, que a instituição é mais apropriada para julgar o saber do que a escola? (SINGER P. 1980 *apud* FRIGOTTO).

Logo o Conhecimento, diplomas e títulos são fatores de *status quo*, em que aqueles que mais os possuem, são mais capacitados para a dominação sobre os outros. Nota-se que é fator de grande preponderância. Estes, não detêm meios de produção, nem capital, mas exercem influência política e social sobre os menos qualificados, pois neste cenário dominam mais os que conseguem obter uma graduação tida como de qualidade. Estão em altos cargos, em todos os setores da sociedade, não dando qualquer possibilidade para os outros ascenderem socialmente e há também uma grande justificativa em que se diz: quem estudou pouco, não chegará a nenhum lugar.

Entretanto, quem exerce os altos cargos são patrocinados nos seus estudos, pelo dinheiro dos proprietários, pois, para chegar aos postos mais elevados, é preciso ter uma qualificação diferenciada dos demais, já que os mais instruídos tem um valor mais elevado, o qual as classes de trabalhadores não podem pagar, assim, a concorrência torna-se impossível. Desta forma, o capital vence, comprando o conhecimento, portanto os cargos e posições sociais.

A crise do final da década de 60, administrada pelo Estado, diante da expansão do ensino privado, reaparece, concretamente, num nível mais agudo: o desemprego dos diplomados. Desfaz-se o mito de que o progresso técnico demanda crescente contingente de diplomados de nível superior e que tal diploma garante o exercício de um trabalho qualificado e mais bem remunerado (FRIGOTTO, 2001, p.177).

Apesar de todos os investimentos em educação e de tantos esforços, chegar ao ensino superior, ainda não garante o tão sonhado emprego. Portanto, o ensino superior é seletivo e os diplomas de algumas instituições são mais requisitados do que outras. Após a formatura, o graduado percebe que ainda não poderá exercer a

profissão que escolheu e assim buscará novas qualificações, principalmente pós-graduações.

2.4 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO AMAPÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS

A educação superior no Estado do Amapá tem início com o Núcleo de Educação de Macapá (NEM), vinculado diretamente a Universidade Federal do Pará (UFPA). A ligação dessa Unidade da Federação com o Estado do Pará vem desde o início do Século XX, mais precisamente em 1900, quando por uma determinação da comissão Internacional de Arbitragem, esse território é anexado ao Estado do Pará com o nome de Araguari. Essa decisão foi uma forma de dirimir o conflito entre Brasil e França que disputavam essa região. Portanto, até 1943, quando se tornou Território Federal, o Amapá pertencia ao Pará. A sua transformação em Estado Federativo se deu com a promulgação da Constituição de 1988 (Educação Superior Brasileira, 1991- 2004, p.23).

A Universidade Federal do Amapá foi criada pela Lei nº 7.530, de 29 de Agosto de 1986, porém, foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 98.977, de 02 de Março de 1990, vindo a realizar seu primeiro vestibular em 1991. Até então, o ensino superior público no Amapá, estava sob a responsabilidade do Núcleo de Educação da UFPA (NEM), durante seus 22 anos de funcionamento (1970 a 1992).

Em seu primeiro vestibular, foram ofertados os seguintes cursos: Enfermagem, Educação Artística, Matemática, Letras, Geografia, História, Pedagogia, remanescentes do NEM, acrescentando-se Direito e Secretariado Executivo. De 1996 a 2004, o número de cursos de nível superior no Amapá, teve um aumento de 463,6%. Este crescimento ocorreu com a primazia das instituições privadas e na instituição pública, através da interiorização, com a criação de 14 cursos, além de mais um na sede.

2.5 - A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO (A)

Desde a antiguidade, há registro de profissionais de secretariado. O primeiro

que se tem notícias é o escriba que, conforme Monacorda (1989) era uma profissão almejada pelos jovens, pois dava ascensão social.

Segundo Ponce, a complicada e tosca organização do Império Romano necessitavam de um enorme exército de administradores, delegados, empregados e secretários. Naquele período, o Imperador Antonio Pio, estendeu regalias de que falamos a certa espécie de professores que preparavam secretários e copistas, com o que acentuou a orientação que o ensino apresentava, de preparar candidatos aos empregos públicos (PONCE 2007, p.73).

Durante a Idade Média, a profissão sofre uma grande mudança ou pode ser considerada como inexistente, já que as funções eram exercidas por monges, que na verdade eram copistas.

A partir da Idade Moderna, como o ressurgimento do comércio, a profissão volta a se fazer necessária. Com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra (1776), mudaram-se muito as relações de trabalho e às funções de secretária passaram a fazer parte outras obrigações, como: assessoria administrativa.

Durante um grande período da História da Humanidade, a profissão de secretário era vinculada ao sexo masculino, mas a partir da segunda guerra mundial, as mulheres, para substituir os homens que foram lutar na guerra, ocuparam vários cargos, inclusive, e principalmente, os de secretários, a partir desse momento a profissão passa a ser vinculada ao sexo feminino.

Assim, tem-se que profissão de secretária está ligada inteiramente com a inserção da mulher no mercado de trabalho. No Brasil, o desenvolvimento da profissão acompanhou o ambiente empresarial, adaptando-se aos paradigmas vigentes.

Nas décadas de 50, 60, 70 e 80, houve uma grande evolução da profissão. Com a chegada das multinacionais, as secretárias começam a executar algumas técnicas, inicia-se o treinamento gerencial. Logo, ter uma secretária passa a ser sinônimo de *status*, iniciando-se assim, uma valorização da secretária por parte dos empresários brasileiros.

A regulamentação da profissão foi aprovada pela Lei nº 7.377, de 30 de Setembro de 1985, pelo então, presidente José Sarney, sendo alterada, posteriormente, pela Lei nº 9.261, de 10 de Janeiro de 1996.

A classe ganha força com a criação da FENASSEC - Federação Nacional de Secretários em 1988, em Curitiba. Contudo a profissão de Secretária, a partir do momento que a classe começou a se organizar e buscar uma qualificação torna-se indispensável nas organizações, de acordo com citação abaixo:

Secretária (o) é um profissional que assessora o executivo, transmite-lhe informações e executa as tarefas que são confiadas. Ele transformou-se, no mundo moderno dos negócios e nessa era de globalização da economia, em assistente executiva que domina as habilidades requeridas no escritório, demonstra capacidade para assumir responsabilidades sem supervisão direta e tem iniciativa para tomar decisões segundo os objetivos assinalados pela autoridade. Atualmente, o executivo espera dela capacidade para desempenhar funções de funções de assistente administrativa que possam aliviá-lo de trabalhos rotineiros e de alguns especializados. Daí o mercado de trabalho passa a recrutar profissionais com conhecimentos para realizar tarefas que antes eram da competência do executivo (MEDEIROS, HERNANDES, 2010).

Logo, os profissionais de secretariado perceberam que o curso técnico não era mais suficiente. O nível superior passou a ser necessário, chegando assim às Universidades.

2.6- DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Os diversos desafios e conquistas que a profissão de Secretariado Executivo enfrentou, ao longo da história, no cenário organizacional mundial, mostraram a necessidade de ter profissionais competentes sempre atualizados com as demandas mercadológicas.

No Brasil, esses profissionais foram assegurados após muita luta com uma formação acadêmica que permitem estarem inseridos no mercado globalizado. A Resolução nº 3, de 23 de Junho de 2005, institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Secretariado Executivo, que conforme o artigo 2º, destribe como se dará a formação acadêmica e o que devem fazer as Instituições Superiores para a capacitação deste profissional, que necessita ser bem qualificado, conforme abaixo:

Art. 2º A organização do curso de graduação em Secretariado Executivo, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado e o trabalho de curso ou de graduação, ambos como

componentes opcionais da instituição, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

O diploma universitário não basta para ter sucesso profissional e altos salários, o bom secretário executivo tem que ter respostas para as questões que se apresentam no dia-a-dia, isso significa que a capacidade de tomar decisões é uma qualidade indispensável, por isso as instituições superiores devem ofertarem cursos que devem proporcionar aos formandos uma formação crítica e abrangente através de conhecimentos gerais que atendam as expectativas organizacionais e profissionais, preparando-os para entender, adaptar-se e enfrentar os desafios, cobranças e constantes mudanças do mundo dos negócios, além de, no exercício da profissão, atuarem eticamente respeitando a si próprio, a categoria, a organização e a sociedade.

Parágrafo único. O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional.

Baseado no artigo 7º da Resolução, além de grade curricular completa, as Instituições Superiores precisam dar suporte para o acadêmico durante a faculdade, para adquirir experiência em sua área de atuação, participar do Estágio Curricular Supervisionado, o que lhe proporcionará além de inserção social, maturidade para enfrentar os desafios, veja-se:

Art. 7º O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seu colegiado superior acadêmico, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

Assim como o Estágio, as Atividades Complementares Acadêmicas são de suma importância para o desenvolvimento social, intelectual e profissional dos formandos em Secretariado:

Art. 8º As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das organizações e com as ações de extensão junto à comunidade.

Sendo assim, as Diretrizes curriculares do curso de secretariado executivo foram uma grande conquista para a categoria e uma bússola para as Instituições Superiores para sempre estarem identificando as necessidades e exigências para o desempenho eficaz da profissão num mercado em constante alteração.

2.7- O HISTÓRICO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL.

No Brasil, são antigos os cursos de formação de técnicos em secretariado. Com a chegada, porém das multinacionais e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, foi necessário preparar melhor os profissionais para o mercado de trabalho. As secretárias conquistaram a partir da década de 70, os primeiros cursos de nível superior.

O Primeiro curso foi criado em 1969, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e reconhecido em 1998, através do Parecer 331/98-DOU 24/08/98. Porém, o primeiro curso de nível superior reconhecido pelo MEC foi o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que foi criado em 1978, através do Decreto nº 82.166, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de Agosto de 1978. Esses cursos são os mais antigos em IES públicas. Já nas privadas, o primeiro é do Instituto Newton Paiva (MG). O que se nota é que apesar de os primeiros cursos terem sido implantados em IES públicas, hoje, a maioria estão em IES privadas.

De acordo com a FENASSEC, as regiões Sul e Sudeste têm maior contingente de graduações em secretariado, respondendo por 26,4% e 37,6%, respectivamente, dos cursos oferecidos no país. A região Nordeste com 16%; a região Centro- Oeste com 13,6%, e por último, a região Norte com 6,4%.

2.8 - O HISTÓRICO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO AMAPÁ

O curso começou a funcionar em 04 de Março de 1991. A construção do curso de Secretariado Executivo na Unifap contou com uma comissão que elaborou o projeto pedagógico a partir de uma breve análise de alguns cursos de Secretariado Executivo já em funcionamento no País, dentre os quais, o da Universidade Federal da Bahia – desde 1969 e o da Universidade Federal de Pernambuco – desde 1972, os mais antigos em IES públicas e o Instituto Newton Paiva (MG), instituição privada. A graduação teve sua implantação em 1990, o mesmo ano da criação da Unifap, fazendo assim parte dos primeiros cursos ofertados pela instituição.

Em 1993, uma comissão consultora do MEC visitou a Unifap e constatou alguns problemas que estavam a ocorrer, como: carga horária saturada, resultando na suspensão da oferta de vagas no vestibular a partir de 1994, dessa graduação. No entanto, foi garantida a formação dos alunos vinculados com a expedição do diploma em 22 de Fevereiro de 1996, pelo então, Ministro Paulo Renato Souza, da Portaria nº 162, que reconheceu o Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo, ofertado pela Unifap. Logo após essa medida do MEC, a graduação teve sua reabertura em 1998, e hoje, o curso tem estado entre os mais concorridos da instituição.

Stocco (2005) afirma que planejar a estrutura de um curso superior é condição imprescindível para a busca de uma formação que atenda as perspectivas da coletividade. Atualmente, o curso de Secretariado Executivo tem como objetivo promover o desenvolvimento de cidadãos, com consistentes conceitos e conhecimentos humanos, científicos e tecnológicos, relacionados com o campo de atuação deste profissional. Com competência para assessorar e capacidade para contribuir na gestão eficaz de organizações, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como, capaz para atuar nos níveis de comportamento micro-organizacional, meso-organizacional e macro-organizacional (PPC-_SEC_EXEC, 2007).

Para isso, oferta a seguinte grade curricular:

TABELA 1 - Grade Curricular do Curso de Secretariado Executivo da Unifap.

1ª Série			
Período	Disciplinas	CH	Pré-Requisito
1º Semestre	Português Instrumental	60	
	Filosofia e Ética	60	
	Introdução ao Secretariado	60	
	Teoria Geral da Administração	60	
	Instituições de Direito Público e Privado	60	
	Optativa I	60	
2º Semestre	Língua Portuguesa I	60	Português Instrumental
	Psicologia Social	60	
	Gestão Secretarial	60	
	Gestão de Pessoas	60	
	Eletiva I	75	
	Estágio Supervisionado I	60	
2ª Série			
Período	Disciplinas	CH	Pré-Requisito
3º Semestre	Língua Portuguesa II	60	Língua Portuguesa I
	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	60	Gestão Secretarial
	Organização, Sistemas e Métodos	60	Teoria Geral da Administração
	Informática Aplicada ao Secretariado	60	
	Metodologia do Trabalho Científico	60	
	Eletiva II	75	Eletiva I
4º Semestre	Língua Portuguesa III	60	Língua Portuguesa II
	Psicologia nas Organizações	60	
	Introdução à Sociologia	60	

	Matemática Comercial e Financeira	60	
	Eletiva III	75	Eletiva II
	Estágio Supervisionado II	60	Estágio Supervisionado I
3ª Série			
Período	Disciplinas	CH	Pré-Requisito
5º Semestre	Redação e Correspondência	60	Língua Portuguesa III
	Ciência Política	60	
	Estatística Geral	60	
	Introdução à Economia	60	
	Eletiva IV	75	Eletiva III
6º Semestre	Gestão de Negócios e Empreendedorismo	60	Gestão Secretarial
	Arquivo e Documentação	60	Organização, Sistemas e Métodos
	Novas Tecnologias	60	Informática Aplicada a Secretariado
	Economia e Mercado	60	Introdução à Economia
	Eletiva V	75	Eletiva IV
	Estágio Supervisionado III	90	Estágio Supervisionado II
4ª Série			
Período	Disciplinas	CH	Pré-Requisito
7º Semestre	Contabilidade Geral	60	Matemática Comercial e Financeira
	Direito Administrativo e Comercial	60	Instituições de Direito Público e Privado
	Trabalho de Conclusão do Curso I	60	
	Optativa II	60	
	Estágio	90	Estágio

	Supervisionado IV		Supervisionado III
8º Semestre	Optativa III	60	
	Optativa IV	60	
	Trabalho de Conclusão do Curso II	60	Trabalho de Conclusão do Curso I
CARGA HORÁRIA		2.760	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES FLEXÍVEIS (RESOLUÇÃO CNE/CES 18/2007)		210	
CARGA HORÁRIA TOTAL		2.970	

FONTE: (PPC_SEC_EXEC, 2007)

É importante ressaltar que, esta matriz curricular é resultado do Projeto Pedagógico do Curso, revisado em 2007, com a participação do corpo docente e discente, já que a antiga não estava mais atendendo aos anseios do mercado, pois, conforme Chiavenato (2005), o mundo está mudando com uma rapidez incrível, fato igual a este, nunca houve em nenhuma outra época com o volume, rapidez e impacto com que ocorre hoje.

O Estado do Amapá mostra-se como um lugar muito promissor, pois possui uma imensa riqueza natural, e sua capital: Macapá, possui forte vocação para o comércio, uma vez que sua posição geográfica, privilegiada, favorece relações comerciais com a América Central, América do Norte e Europa. A criação da Zona de Livre Comércio de Macapá ocorreu em Dezembro de 1991 e possibilitou a abertura de oportunidades econômicas nos setores de indústria, comércio, serviços e turismo. Macapá é a única capital brasileira banhada pelas águas do rio Amazonas (PPC_SEC_EXEC, 2007).

É nesse cenário que o curso está inserido. Por isso, é preciso profissionais qualificados que possam atender com qualidade as necessidades das organizações.

O curso em Secretariado Executivo também se estendeu a rede particular de ensino no Amapá. O Centro de Ensino Superior do Amapá-CEAP passou também a ofertar o curso em 2007, com 150 vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno.

O Curso foi reconhecido pelo Decreto nº 5.773, de 09 de Maio de 2006, alterado pelo Decreto-Lei de nº 6.303, de 12 de Dezembro de 2007.

No entanto, a instituição formou apenas uma turma, não ofertando mais nos seus vestibulares o curso. Na grade curricular é possível identificar diferenças em relação ao curso da UNIFAP, a principal delas é o fato do curso ofertar Língua Espanhola.

CAPÍTULO III - UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 40 estudantes do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá, das turmas 2008, 2009, 2010 e 2011. Desse total, participaram 10 alunos de cada turma.

3.1- CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

- Acadêmicos do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá.
- Estudantes regularmente matriculados no curso, escolhidos aleatoriamente, que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa.

3.2- INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como Instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário sobre as perspectivas que os estudantes tinham em relação a sua formação acadêmica e a sua capacidade em se inserir mercado de trabalho. Foi composto de 20 questões, sendo 18 objetivas e 02 abertas. As questões objetivas dizem respeito a: gênero, idade, ano de ingresso no curso, atividades extracurriculares, nível de satisfação com a escolha profissional, identificação com áreas de interesse, percepção de dificuldades de inserção no mercado de trabalho, avaliação do curso e as expectativas ao início da atuação profissional. Os dois itens discursivos referiam-se: à identificação com uma área da qual gostaria de atuar e quais as suas perspectivas quanto à sua formação e ao mercado de trabalho.

Para iniciar a pesquisa, as autoras da pesquisa foram à sala de aula, explicar os objetivos do trabalho, bem como convidar os acadêmicos a responder os questionários, voluntariamente, com o intuito de contribuir, de alguma forma, com o desenvolvimento do Curso. Em seguida, foram entregues os questionários aos estudantes que concordaram em participar. Da amostragem, composta por 40 alunos, sendo 31 mulheres (77.5%), e 9 homens (22.5%), a idade média dos participantes é de 22,8 anos.

3.3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

TABELA 2 - Distribuição e percentuais de pessoas que possuem atividades extracurriculares nas 04 turmas:

Atividades	Nº de Acadêmicos	%
Bolsa	1	2.5
Estágio	11	27.5
Trabalho	11	27.5
Nenhum	17	42.5
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

A tabela 2 é o referencial para a determinação dos parâmetros de pesquisa, no que se refere à análise quanto às atividades que os estudantes possuem. Pode-se observar que a grande maioria não possui nenhuma atividade, o que é algo prejudicial no contexto da formação, já que a falta de atividades o impede de ter experiências práticas durante o período universitário, dificultando para que o estudante tenha uma noção da profissão e o seu desenvolvimento e amadurecimento, assim como foi observado em um estudo feito por Lassance e colaboradores (2003). O fato da maioria dos alunos não participar de atividades acadêmicas (monitoria, estágio, bolsa de iniciação científica, estágio) pode estar contribuindo para uma falta de informações realistas a respeito da profissão, e até mesmo, impedindo que muitos deles possam descrever claramente seus sentimentos, em relação a sua escolha.

TABELA 3 - Distribuição e percentuais de atividades relacionadas à graduação em Secretariado Executivo:

	Nº de Acadêmicos	%
Sim	31	77,5
Não	9	22,5
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

A tabela 3 é o referencial para a determinação dos parâmetros da pesquisa, no que se refere à análise das atividades extracurriculares que os acadêmicos possuem, isto é, se estão relacionadas com a graduação em Secretariado Executivo. Os dados analisados mostram que 77,5% dos estudantes entrevistados responderam que suas atividades tem relação com o curso, estas dividiram-se igualmente entre estágio e trabalho formal. Segundo Godim (2002), cabe ressaltar que as poucas oportunidades de exercício prático oferecido durante o processo de graduação, é que estão relacionadas às dificuldades de se articular de modo integrado à formação científica e a profissionalização, contribuindo para o sentimento de insegurança experimentado pelo estudante, para o delineamento de um perfil fragmentado e para a fragilização na construção de uma identidade profissional que prejudicam a visualização de perspectivas concretas na inserção no mercado de trabalho.

TABELA 4 - Distribuição e percentuais da motivação dos acadêmicos no momento da escolha do Curso:

Motivos	Nº de Acadêmicos	%
Por acreditar que o curso não é muito concorrido	2	5
Por falta de Opção melhor	9	22.5
Por se identificar com o curso	29	72.5
Somente por ter diploma de ensino superior	-	-
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Nesta questão, nota-se que a maioria dos acadêmicos afirma que possuem identificação com o curso, entretanto, 22,5 % escolheram o curso por falta de opção melhor, isso corrobora com a literatura, tal como afirma Bardagi, Lassance e Paradiso (2003): “A maioria das pessoas pode realizar escolhas de carreira conhecendo muito pouco sobre a totalidade das implicações das mesmas em torno de tarefas, dificuldades e responsabilidades”. Nesse sentido os estudantes ao escolherem a profissão não levam em consideração todos os fatores que envolvem a sua formação e o exercício profissional.

TABELA 5 - Distribuição e percentuais quanto à opinião do aluno sobre a formação que é ofertada pelo Curso:

	Nº de Acadêmicos	%
Sim	28	70
Não	12	30
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Os dados coletados na tabela mostram que 70% dos acadêmicos acreditam que o curso oferece formação adequada. A formação adequada é aquela em que o indivíduo, em formação, desenvolva habilidades técnicas-científicas. Desta forma, adquirir habilidades plenas das características que envolvam sua profissão e capacidade de relacionar-se em ambiente organizacional, conseguindo interagir, opinar, criticar e apresentar soluções de problemas, conforme afirmam Del Prette & Del Prette (2003): “A formação de nível superior deve ter como objetivo desempenhar três classes gerais de capacitação e saber: Capacidade Analítica, capacidade Instrumental e Capacidade Social, ou seja, cada classe envolve competências importantes como: raciocínio, pensamento crítico, domínio, conhecimentos teóricos, e de técnicas específicas, habilidades de produção de conhecimento na área, capacidade de lidar com pessoas”.

Verifica-se nesta tabela que 30% considera a formação inadequada, pode-se observar que é um percentual considerável, pois é há grande necessidade de se fazer melhorias na estrutura universitária para que os estudantes possam desenvolver suas habilidades acadêmicas e profissionais. Podemos ver na próxima tabela que apesar da grande maioria acreditar receber uma formação adequada recorrem a cursos extracurriculares para complementar a sua formação.

TABELA 6 - Refere-se aos cursos extracurriculares que os acadêmicos fazem:

	Nº de Acadêmicos	%
Sim	26	65
Não	14	35

Total	40	100
--------------	-----------	------------

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Desse total, apenas 65% fazem cursos extracurriculares, sendo distribuídos entre Curso técnico (7,6%), Idiomas (19,2%), Informática (50%) e outros (46,1%). Esses dados são positivos, pois os estudantes entendem que ter conhecimento técnico - científico é fator primordial nas grandes organizações. Dominar novas tecnologias permite que os universitários tenham possibilidades de concorrer a uma vaga no tão disputado mercado de trabalho, diante disso, muitos parecem conhecer essa realidade e assim buscam formação fora da Universidade.

Sinigaglia (2005) salienta que a alfabetização tecnológica deve ir além do domínio da máquina, da utilização da tecnologia como mera ferramenta a ser manipulada, passando a ser concebida como novas possibilidades de comunicação, de interação e de construção de conhecimento de forma ativa, crítica e criativa.

Apesar disto, nota-se que os acadêmicos mesmo acreditando que o curso oferece formação adequada, a grande maioria, recorre a cursos extras, sendo que os mais procurados são idiomas (19,2%) e informática (50%), dados preocupantes já que estes cursos são ofertados na grade curricular de secretariado o que leva a constatar que existe uma insatisfação não com curso, mas com a estrutura que vem recebendo dentro desta IFES.

TABELA 7 - Distribuição e percentuais da avaliação que os acadêmicos fazem do Curso:

	Nº de Acadêmicos	%
Ruim	1	2.5
Razoável	10	25
Bom	25	62.5
Excelente	4	10
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Observa-se que houve variações no que diz respeito a estrutura oferecida pela universidade para o curso, no entanto, a maioria dos acadêmicos (62,5%) acreditam que o curso está bom. Seguindo as opiniões das tabelas 5 e 6, que

possuem semelhança no assunto abordado. Sendo assim, na visão dos acadêmicos, a universidade está no meio termo em seu objetivo. Objetivo bem definido por Ristoff (1999):

Um objetivo da educação universitária é sem dúvida a formação de mão-de-obra especializada. No entanto, como campo de ensino e aprendizagem, um curso de graduação tem objetivos muito mais amplos que a simples preparação para o mercado de trabalho. Um curso universitário deve preparar o profissional para uma postura crítica e inovadora diante da realidade. Uma universidade precisa também contribuir para a formação do ser humano em sua totalidade, criando espaço para a discussão de valores, ideologias e posturas profissionais. Muito mais do que simples receitas de como fazer, é preciso que o ensino desenvolva habilidades de reflexão e produção de conhecimentos, sejam eles teóricos ou práticos.

Assim, fica claro a insatisfação com estrutura oferecida ao curso pela universidade, pois não oferta um espaço adequado ao curso.

TABELA 8 - Distribuição e percentuais em relação se acadêmico se sente preparado para inserir-se no mercado:

	Nº de Acadêmicos	%
Sim	31	77.5
Não	9	22.5
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

A maioria dos acadêmicos (77,5%) afirmam que se sentem preparados para o mercado de trabalho, ao contrário do que observa o autor:

Diferente do que ocorria há alguns anos, hoje os universitários precisam se preparar para um mercado de trabalho restrito e extremamente exigente, marcado por mudanças rápidas, quantas técnicas e, igualmente as habilidades. Essa transição do ambiente universitário para o do trabalho, não se constitui uma travessia propriamente tranqüila para a grande maioria dos estudantes, mesmo nas áreas nas quais a demanda por profissionais, é ainda relativamente alta. (Dell Prette & Dell Prette, 2003).

Desta forma, os referidos autores observam que os estudantes precisam realmente adquirir uma formação adequada para um mercado competitivo e em constante mudança, ou seja, mesmo que o estudante sinta-se preparado, é preciso que esteja ciente das dificuldades que enfrentará e do grande desafio que é o mundo do trabalho, tão diferente do ambiente universitário.

TABELA 9 - Distribuição e percentuais em relação ao grau de dificuldade para a inserção no mercado atribuído após a diplomação em Secretariado Executivo:

	Nº de Acadêmicos	%
Fácil	1	2.5
Médio	28	70
Difícil	3	7.5
Muito difícil	1	2.5
Sem opinião	7	17.5
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

A grande maioria não considera fácil a inserção no mercado de trabalho, sendo que, 70% considera médio; 7,5% avalia difícil; 2,5 % muito difícil e apenas 2,5% classifica fácil, ou seja, os estudantes parecem conhecer as características mercadológicas atuais, como observa Saldanha(2005):

Aspectos relacionados com a globalização, crises do mercado financeiro, e o caráter dinâmico da vida profissional e sócio-cultural, [...], as mudanças tecnológicas, sociais e políticas geram alterações nas formas de gestão das instituições públicas e privadas. Isto requer um profissional preparado e atento às mudanças técnicas, procedimentos e atividades ligadas às suas responsabilidades e o seu desempenho.

TABELA 10 - Distribuição e percentuais quanto à intenção do exercício da profissão de Secretário (a) Executivo:

	Nº de Acadêmicos	%
Sim	30	75
Não	10	25
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Nota-se que há um grande percentual de acadêmicos que não pretendem exercer a profissão, devido a não identificação com a profissão a qual escolheram, pois acreditam que usarão apenas o diploma de nível superior para a tentativa de

outras maneiras de empregabilidade, no entanto, um grande grupo de estudantes pretende exercer a profissão (75%). Assim como, em estudo feito por Bardagi e Cols (2006) constataram que a maioria (95,2%) dos estudantes pretendia exercer a profissão assim que se formassem. Foi observado que aqueles que possuíam pelo menos uma atividade relacionada ao curso tinham planos de exercer a profissão ou trabalhar na área.

O fato de o acadêmico conhecer a profissão e as atividades relacionadas contribui de maneira significativa para o exercício da mesma, ou seja, está envolvido de alguma forma com a profissão, desde o início da formação, ajudá-lo-á no seu futuro profissional. Isso fica evidente nesta tabela que confirmam os dados da tabela 4 quanto à escolha do curso, onde 72,5% se identificaram com o curso no momento da escolha.

TABELA 11 - Distribuição e percentuais em relação como o acadêmico pretende atuar após formar-se:

	Nº de Acadêmicos	%
No setor público	10	25
No setor privado	4	10
Onde houver oportunidade	13	32.5
Montando o seu próprio negócio	3	7.5
Sem opinião	10	25
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Nota-se que, a grande maioria gostaria de trabalhar no setor público, Isso ocorre, predominantemente, devido a grande importância do setor público no estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2009, 44,38% do pessoal ocupado, assalariado, estão ligados a administração pública divididos entre Município, Estado e União.

TABELA 12 - Distribuição e percentuais sobre o que o entrevistado pretende quando graduar-se:

	Nº de Acadêmicos	%
Prestar concurso	13	32.5
Prestar novo Vestibular/Vestibulinho	2	5
Não pensou no assunto	25	62.5
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Dando ênfase, no que foi constatado nos resultados da tabela anterior, em que a maioria pretende trabalhar no setor público, a principal intenção é prestar concurso público. O que chama atenção é o fato de 62,5% dos acadêmicos ainda não saberem o que querem fazer após graduarem-se. Também, constatou-se essa realidade em estudantes formandos da Universidade do Rio Grande do Sul-UFRS, realizado por Teixeira e Gomes (2004), que observaram que os estudantes encontravam dificuldades para definirem seus projetos:

[...] os projetos profissionais imediatos não estavam definidos, faltavam critérios para estabelecer prioridades de carreira. As opções vislumbradas por eles incluíram primordialmente, a busca por emprego, a realização de concurso público e a continuidade dos estudos.

TABELA 13 - Distribuição e percentuais de como o entrevistado em relação à profissão de Secretário (a) Executivo:

	Nº de Acadêmicos	%
Muito satisfeito	3	7.5
Satisfeito	27	67.5
Pouco satisfeito	8	20
Insatisfeito		5
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Nesta questão, a maioria dos entrevistados afirma que estão satisfeitos em relação à profissão. Isso mostra que quando os acadêmicos se identificam com escolha profissional, mesmo enfrentando dificuldades, ainda assim, se mostra otimista em relação ao futuro profissional. Por outro lado, 20% afirmam estarem insatisfeitos com a formação ofertada pela Universidade e não com a profissão e o curso que escolheram. A satisfação profissional engloba aspectos pessoais, vocacionais e contextuais da realidade do trabalho como definem os autores:

[...] A satisfação profissional do indivíduo resulta da percepção de que o trabalho é uma expressão do seu auto-conceito, ou seja, de que é possível, através do exercício profissional, expressar os próprios valores, interesses e características de personalidade. Nesse sentido, em um contexto de formação profissional como o período universitário, satisfação pode ser entendida como um sentimento de identificação, ajustamento à área de formação em termos de bem-estar e comprometimento (SUPER, SAVICKAS E SUPER, *apud* BARDAGI & COLS, 2006).

TABELA 14 - Distribuição e percentuais sobre a avaliação que o entrevistado faz em relação a comparação quanto às outras graduações:

	Nº de Acadêmicos	%
Inferior	10	25
Mesmo nível	26	65
Superior	4	10
Total	40	100

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa.

Neste quesito, a maioria dos entrevistados considera o curso no mesmo nível que as outras graduações. Percebe-se nos acadêmicos uma maior aceitação em relação ao curso; há uma identificação com a escolha; na maioria das vezes, a insatisfação é em relação a Universidade e professores .

Segundo Saldanha (2005), o processo de formação do profissional de Secretariado Executivo deveria partir de uma perspectiva de uma educação crítica e transformadora, não se tornando a instituição de ensino meramente uma reprodutora dos padrões de mercado, sujeitando-se de forma nada crítica as demandas do mercado. Isso nos remeteria a uma concepção, sócio-histórica do profissional que desejamos formar.

Quando perguntando aos estudantes sobre suas perspectivas em relação a sua formação e o mercado de trabalho, a maioria respondeu de maneira confusa ou

às vezes contraditória. Nota-se que o principal objetivo é conseguir um emprego, em qualquer área ou setor. Percebe-se que não há uma grande preocupação em relação à formação acadêmica. Estes só se preocupam se a universidade os capacitará para o mercado. O acadêmico do curso têm uma visão totalmente profissional, esquecendo completamente da pesquisa, fonte formadora de conhecimento, papel que as universidades se propõem a contribuir e construir, porém, deixam a desejar.

Aqueles que fazem estágio têm uma visão mais real do mercado, apresentando possibilidades de inserção por apresentarem conhecimento mais prático da profissão e das funções que requer um Secretário (a) Executivo.

Afirmações relativas às perspectivas em relação à formação acadêmica e o mercado de trabalho, conforme entrevista realizada com alguns acadêmicos:

Entrevistado (a) 1: *“Creio que o curso vai me capacitar a entrar como um profissional “médio” no mercado de trabalho, por conta da falta de estrutura”.*

Entrevistado (a) 2: *“Boas, pretendo me formar e logo em seguida exercer a profissão de Secretaria Executiva”.*

Entrevistado (a) 3: *“Eu acreditava que haveria mais espaço não só na universidade, mas no mercado de trabalho também, mas confesso que aprendi coisas importantíssimas do mercado atual.”*

Entrevistado (a) 4: *“As perspectivas eram muito grandes e agora a universidade não supriu todas elas para que eu possa ingressar preparada no mercado de trabalho”.*

Entrevistado (a) 5: *“Eu gostaria de conseguir um trabalho na área sendo em órgão público ou não, ou tentar montar meu próprio negócio como empreendedor, eu esperava que o curso me ajudasse a melhorar o meu conhecimento de lidar com pessoas.”*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções sobre formação acadêmica e mercado de trabalho sob as perspectivas dos acadêmicos de secretariado executivo apresentam resultados que foram estabelecidos nas tabelas apresentadas no capítulo III. A partir delas, pôde-se verificar quais as perspectivas que os acadêmicos têm da sua formação e do mercado de trabalho.

Nos dados encontrou-se algumas semelhanças em que 25%, aproximadamente, dos acadêmicos, nas tabelas 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, mostram indecisão, confusão e insatisfação desde da escolha do curso, e ao longo da graduação se mostram insatisfeitos com a formação, com o curso, não tendo durante o período acadêmico nenhuma atividade relacionada ao curso, e finalizando afirmam que não irão exercer a profissão.

Diante disso podemos inferir que essa insatisfação é formada a partir da falta de perspectiva e compromisso com o futuro acadêmico e profissional, em que os estudantes não tem certeza sobre aquilo pretende seguir, das responsabilidades das escolhas profissionais. Dessa forma se formará um futuro profissional frustrado, que não absorveu os conhecimentos necessários, assim será despreparado para o mercado de trabalho.

Pode-se dizer que, a pesquisa com os acadêmicos teve o objetivo alcançado, pois, foram encontrados fatores relevantes que comprovam de acordo com as pesquisas bibliográficas, que os acadêmicos estão conformados com a sua formação. Diante disso, percebe-se que existe certa confusão com os objetivos dos acadêmicos. Estes percebem, de alguma maneira que, não recebem uma boa formação, entretanto, acreditam que esta formação poderá inseri-los no mercado de trabalho. Por outro lado, é evidente a intenção do Curso em formar profissionais que possam atender o mercado local, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O acadêmico tem grande necessidade de adquirir conhecimentos necessários para o aprimoramento profissional. O curso de Secretariado Executivo, não deve está voltado somente ao mercado, mas ter uma visão critica e ampla de onde estar inserido, buscando tanto habilidades técnicas, quanto habilidades humanas. O acadêmico quando se torna profissional não deve se limitar apenas em ser um mero executor de tarefas, e sim, alguém capaz de contribuir com conhecimentos e habilidades que deverão ser adquiridas durante a graduação.

A questão é, o que se deve fazer quando a Instituição não cumpre o seu papel, apenas volta-se para o mercado, desqualificando dessa forma, o que é ser Universitário, fazendo do acadêmico apenas um produto que atenderá as exigências de organizações.

Finalmente, é preciso considerar que o Curso de Secretariado Executivo, não deve ser apenas formador de técnicos, profissionais especialistas em tarefas, repetidores e servis. É necessário uma nova reformulação da Universidade que precisa ver a Educação Superior de outra forma. Em que a construção do conhecimento seja o grande objetivo, formar verdadeiros acadêmicos capazes de criticar, formular e ter habilidades humanas e sociais. Preocupados com questões sociais, empenhados em modificar as relações sociais de exploração.

A mudança de mentalidade e atitudes devem ser feitas em toda a Instituição, que vai muito além das paredes das salas de aula.

Precisa-se construir nos acadêmicos uma mentalidade consciente, em que sejam não somente difundidas as preocupações com o futuro profissional, mas sim, com a construção de um futuro em que fatores de dominação possam ser excluídos.

REFERÊNCIAS

BARDAZI, M.P, LASSANCE, M. C. P, PARADISO, A.C e MENEZES (2006), Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho: Percepção de Estudantes Formandos.

_____, (2003) Trajetória Acadêmica e Satisfação com a escolha Profissional de Universitários em meio de curso. Revista Brasileira de Orientação Profissional.

BOMENY, Helena, (1994) A Reforma Universitária de 1968, 25 anos depois.

BRASIL. MEC, CNE. Resolução nº. 3, de 23 de junho de 2005. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em secretariado executivo e dá outras providências. Relator: Éfrem de Aguiar Maranhão. *Diário Oficial*, Brasília, DF, p. 79, 27 jun. 2005. Seção 1. Disponível em:<<http://www.fenacessec.com.br/educacao>>. Acesso em 30 de outubro de 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005. 529 p.

CUNHA, Luis Antônio (1991), Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: F. Alves.

DEL PRETTE, Amir. DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (2003) No contexto para o ambiente de trabalho: treinamento de habilidade sociais com universitários.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (2006), A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.

FREITAG, Barbara. Escola, Estado e sociedade. São Paulo: Centauros, 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio, A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista, 6ª Ed.. São Paulo: Cortez, 2001.

GODIM, Sônia Maria Guedes (2002) Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários.

[http<www2.unifap.br/executivo>](http://www2.unifap.br/executivo) acesso em 30 de outubro de 2009

[http<www2.uepa.br/graduação>](http://www2.uepa.br/graduação) acesso em 05 de novembro de 2009

[http<www2.dse.ufrr.br>](http://www2.dse.ufrr.br) acesso em 10 de novembro de 2009

[http<www.fenassec.com.br>](http://www.fenassec.com.br) acesso 02 de fevereiro de 2011

[http<www.ceap.com.br>](http://www.ceap.com.br) acesso 27 de maio de 2011

INEP (1991-2004) Educação Superior Brasileira.

LOMBARDI, José Claudinei, Saviani, Dermeval, Sanfelice (orgs), Capitalismo, trabalho e educação. 2ª Ed.rev. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.- (Coleção Educação Contemporânea).

LUCKESI, Cipriano. Barreto. Cosma. Baptista (2000) Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez.

MANFRENDI, Silvia Maria (2002) Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez.

_____, (1998), Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas.

MEDEIROS, João Bosco, Hernandes, Sonia (2010) Manual da Secretária: técnicas de trabalho. São Paulo, Atlas S.A.

MONACORDA, Mario Alighiero (1989) História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo, Editora: Cortez

PONCE, Aníbal, 1898-1938, Educação e lutas de classes/Aníbal Ponce, tradução de José Severo de Camargo Pereira- 22 ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

RISTOFF, D. I. (1999). Universidade em foco: reflexões sobre a Educação Superior. Florianópolis: Insular.

SALDANHA, Luís Cláudio Dallier, O mercado de trabalho e a formação do profissional de Secretariado Executivo.

SAVIANE, D. (1994). O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In C. J. Ferretti, D. M. L. Zibas, F. R. Madeira, & M. L. P. B.

_____ (2007) Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos.

SINIGAGLIA, Daniela, (2005) Curso de Secretariado Executivo Bilíngüe da UFP Proporciona aos alunos interação com a internet.

STOCCO, (2005) (RE) Pensando a Construção de Projetos Políticos- Pedagógicos de Cursos de Graduação.

TEIXEIRA, M.A.P & GOMES, W.B (2004). Estou me formando.... e agora? Reflexões e Perspectivas de Jovens Formandos Universitários.. Revista Brasileira de Orientação Profissional.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS ACADÊMICOS

QUESTIONÁRIO PARA OS ACADÊMICOS

- 1) Sexo: Masculino () Feminino ()
- 2) Idade : _____
- 3) Ano do ingresso no curso: _____
- 4) Você possui alguma atividade ? Quais?
 - () Bolsa de iniciação científica
 - () Estágio extra-curricular
 - () Trabalho formal
 - () Não possui nenhuma
- 5) As Atividades que você possui esta relacionada ao Curso?
 - () Sim
 - () Não
- 6) Quais os motivos que o levou a escolher o curso de Secretariado Executivo?
 - () Por acreditar que seria mais fácil entrar na Universidade, pois sabe que o curso não é muito concorrido.
 - () Por falta de opção melhor
 - () Por identificar-se com o curso
 - () Somente para ter diploma de ensino superior
- 7) Você esta cursando ou já concluiu algum curso superior além do curso de Secretariado Executivo?
 - () Sim: Qual? _____
 - () Não
- 8) Você acredita que o curso oferece formação adequada?
 - () Sim
 - () Não
- 09) Você faz cursos extra-curriculares?

Sim

Não

10) Quais Cursos você faz?

Curso técnico Idiomas

Informática Outros

11) Como você avalia o curso na UNIFAP?

Ruim

Razoável

Bom

Excelente

12) Você se sente preparado para inseri-se no Mercado?

Não

Sim

13) Qual grau de dificuldade você acredita que terá após diplomar-se em Secretariado Executivo para ingressar no Mercado?

Fácil

Médio

Difícil

Muito difícil

Sem opinião ainda formada

14) Você pretende exercer a profissão de secretário(a) executivo?

Sim

Não

15) No caso de positiva sua resposta na questão 14: como pretende atuar?

No setor público

No setor privado

Onde houver oportunidade

Montado o seu próprio negócio

Sem opinião ainda formada

16) No caso de negativa sua resposta na questão 14, pretende:

Usar o nível superior para prestar concursos em cargos cuja exigência seja a graduação.

Prestar novo vestibular e/ou vestibulinho para nova graduação.

Não pensou sobre o assunto.

17) Como você se sente em relação a profissão de secretário executivo?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

18) Dentre as áreas relacionadas ao curso você identifica atividades que gostaria de exercer?

Sim. Quais ?

Não

19) Na sua opinião como você considera a graduação em secretariado executivo em relação as outras graduação?

- Inferior
- Mesmo nível
- Superior

20) Quais são ou quais foram suas perspectivas em relação a sua formação acadêmica e o mercado de trabalho?

A N E X O

ANEXO A – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DO CEAP.

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DO CEAP

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1º SEMESTRE/ 1º SÉRIE	
Sociologia	72
Introdução a Ciência Política	36
História das Idéias	36
Psicologia	72
Introdução a matemática	72
Metodologia da Pesquisa Científica	72
SUBTOTAL	360
2º SEMESTRE / 1º SÉRIE	
Introdução à Economia Política	36
Introdução a Contabilidade	36
Transformações Sócio-Políticas no Brasil e no Mundo	72
Língua Portuguesa I	72
Língua Espanhola I	72
Língua Inglesa I	72
SUBTOTAL	360

3º SEMESTRE/ 2º SÉRIE	
Técnicas Secretárias I	72
Administração I	36
Informática I	36
Língua Portuguesa II	72
Língua Inglesa	72
Língua Espanhola	
SUBTOTAL	360
4º SEMESTRE/ 2º SÉRIE	
Técnicas Secretarias II	72
Informática II	36
Língua Portuguesa III	72
Língua Inglesa III	72
Língua Espanhola III	72
Administração II	36
SUBTOTAL	360
5º SEMESTRE/ 3º SÉRIE	
Técnicas Secretarias III	72
Gestão Secretarial I	72
Estatística	36
Direito Empresarial I	72
Matemática Financeira	72
Optativa 1	36
Estágio I	50
SUBTOTAL	360
6º SEMESTRE/ 3º SÉRIE	
Custo e Contabilidade	36
Gestão Empresarial	72
Comunicação I	36

Direito Empresarial II	72
Técnicas Secretariais IV	72
Estágio II	50
SUBTOTAL	410
7º SEMESTRE/ 4º SÉRIE	
Orçamento Público	72
Desenvolvimento Econômico	72
Marketing	72
Comunicação II	72
Finanças	72
Optativas 2	36
Estágio III	100
SUBTOTAL	496
8º SEMESTRE/ 4º SÉRIE	
Consultoria Organizacional	72
Relações Internacionais	36
Relações Públicas	72
Gestão Estratégica	72
Ética Profissional e Empresarial	36
Optativa 3	36
Estágio IV	150
SUBTOTAL	474
TOTAL	3050

FONTE: www.ceap.com.br